



Simulado Especial

TRT MT

Analista Judiciário

Área Judiciária

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TRT MT – Analista Judiciário – Área Judiciária – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT MT;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-MT-Analista-07-08>

| | | |
|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabricio Dutra

01. Assinale a alternativa que apresenta total respeito às normas gramaticais.

- a) O problema de atrasos nas construções governamentais no Brasil vêm preocupando os especialistas.
- b) Tudo o que esses participantes dos projetos fazem estão ao nosso alcance.
- c) Vem acontecendo a cada dia novas tentativas de interferência.
- d) Nunca se ouviu tanta história desse tipo.
- e) Sempre houveram eleitores descontentes com a situação do país.

02. A concordância da forma verbal destacada foi realizada de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) Para detectar as consequências mais prejudiciais da guerra virtual pela informação, **necessitam**-se de estudos mais aprofundados.
- b) Com o crescimento da espionagem virtual, é necessário que se **promova** novos estudos sobre mecanismos de proteção mais eficazes.
- c) **Concluiu**-se os vários trabalhos solicitados.
- d) O crescimento pode melhorar os diversos dilemas do mercado de trabalho no Brasil, mas não **vão** resolver a situação econômica a médio prazo.
- e) O Brasil tem frutas para todos os gostos, mas outros produtos também são importantes nesses tempos em que se **valoriza** as propriedades funcionais dos alimentos.

03. Assinale a opção correta quanto à colocação do pronome átono.

- a) Os jovens não dedicam-se suficientemente à leitura.
- b) O que lembrou-lhe o estojo escolar foi o novo notebook.
- c) E Conforme abria-o, sentia seu cheiro agradável cada vez mais forte.
- d) Não se perde nem o dinheiro nem o amigo.
- e) Perderia-se o dinheiro e o amigo.

04. Quanto ao emprego (ou não) do acento grave de crase, assinale a correta.

- a) A melhoria nas tecnologias de iluminação pode estar agravando a poluição luminosa principalmente nos grandes centros urbanos.
- b) O mundo da iluminação não foi mais o mesmo depois da invenção da lâmpada elétrica, logo depois da invenção da iluminação à gás.
- c) O sol estava à pino e precisamos nos proteger do calor.
- d) O Greenpeace trabalha para pressionar governos e empresas à diminuir as emissões de gases de efeito estufa.
- e) Os trabalhos encantaram à todos os que aqui viviam.

05. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego do pronome 'onde'.

- a) Vivemos em uma época onde as pessoas perderam a noção.
- b) Invadiram o prédio da empresa onde você trabalhava.
- c) Nunca entendi onde você quer chegar.
- d) O Brasil é o país onde você adora.
- e) Os anos de 2009 a 2011 correspondem ao período onde a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas em vários estados do Nordeste.

06. Assinale a alternativa em que o termo destacado seja classificado como advérbio.

- a) Algumas pessoas decidem se afastar da casa dos pais para ter mais liberdade de receber seus amigos.
- b) Vivemos em uma sociedade que pouco se importa com essa questão.
- c) Antigamente era usado esse conceito, ao qual as ciências sociais hoje discordam.
- d) O ideal por que lutamos norteia nossos projetos.
- e) A decoração ficará enfeitando as ruas e praças da cidade enquanto durar a Copa.

07. Assinale a alternativa em que a conjunção destacada expresse oposição.

- a) As informações enganosas são mais difundidas do que as verdadeiras: de acordo com estudo recente feito por um instituto de pesquisa.
- b) As emoções são tão inerentes ao ser que, segundo alguns estudiosos, estão inscritas no nosso patrimônio genético.
- c) A falta não foi dentro da área, mas o juiz deu pênalti.
- d) A menina que descobriu o chicle, também experimentou, a possibilidade da eternidade.
- e) São consideradas maravilhosas, aquelas histórias de príncipes e fadas, que vivem eternamente.

08. Assinale a alternativa em que a preposição estiver empregada em desacordo com a norma culta.

- a) Aqueles temas improváveis sobre os quais discutimos estão errados.
- b) Esta é a pessoa em quem você confia.
- c) É um autor sobre cujo passado pouco se sabe
- d) Antigamente era usado esse conceito com o qual as ciências sociais hoje discordam.

e) O barco a cujos tripulantes me referi pode voltar a navegar.

09. Assinale a alternativa em que a vírgula esteja mal empregada.

- a) Você tem as forças armadas, tem a diplomacia tradicional e grandes empresas econômicas, que formam o hard power.
- b) E eu fui um dos primeiros a mostrar que eles estão emergindo com sua cultura, sua mídia e com a internet.
- c) Mas certamente, eles terão acesso à internet em lan houses, por exemplo, e mesmo no telefone.
- d) Não nos traga a refeição durante período de turbulência, por favor.
- e) Em se tratando de qualidade, aquela companhia aérea é imbatível!

10. Observe a frase a seguir:

Devia haver muitas lembranças na cabeça do velho. Assinale abaixo a frase em que o termo destacado exerça a mesma função sintática que o termo acima:

- a) Algumas pessoas têm medo do recenseador.
- b) Os estudos recentes permitem que se desconfiem das causas prováveis do cenário de ameaça que afeta o rico ecossistema da Mata Atlântica.
- c) O mar tem respostas para nossas indagações.
- d) Felizmente, a supervisora colhe as informações.
- e) Ninguém disse que os portugueses haviam de sair da cidade.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO-LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Pedro tem o costume de ir à feira no início de cada mês para comprar mandioca. Em janeiro, o quilo de mandioca custava R\$ 7,00. Em fevereiro, houve um aumento de 50% no preço do produto e, em março, uma redução de 20% com relação ao mês anterior. O preço do quilo de mandioca pago por Pedro em março é de:

- a) R\$ 9,60.
- b) R\$ 9,10.
- c) R\$ 8,60.
- d) R\$ 8,40.
- e) R\$ 8,20.

12. Três amigos, João, Leonardo e Marcos, realizaram um bolão e ganharam na loteria uma premiação de R\$ 80.000,00. Desse total, 15% do valor foi retido para pagamento de impostos, e o restante foi dividido entre os três em partes diretamente proporcionais ao número de tíquetes com que cada um contribuiu para realizar o bolão. Sabendo-se que João contribuiu com 2 tíquetes, Leonardo contribuiu com 3 e Marcos contribuiu com 5, o valor líquido recebido por Leonardo é:

- a) R\$ 6.800,00
- b) R\$ 10.400,00
- c) R\$ 13.600,00
- d) R\$ 15.600,00
- e) R\$ 20.400,00

13. Tiago, Jean, Israel, Leonardo e Pedro são amigos e um deles furtou a galinha de Joaquim. Ao questionar os amigos, Joaquim ouviu o seguinte:

Pedro: "Não foi Israel quem furtou"

Tiago: "Eu furtei a galinha"

Jean: "Eu não furtei a galinha"

Israel: "Foi Pedro quem furtou a galinha"

Leonardo: "Jean está mentindo"

Se apenas um dos amigos disse a verdade, quem furtou a galinha foi:

- a) Israel
- b) Leonardo
- c) Pedro
- d) Tiago
- e) Jean

14. Um cubo teve suas seis faces pintadas de azul e, em seguida, foi dividido em 27 cubinhos idênticos. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Seis cubinhos têm apenas uma face pintada de azul.
- b) Doze cubinhos têm apenas duas faces pintadas de azul.
- c) Vinte cubinhos têm pelo menos duas faces pintadas de azul.
- d) Oito cubinhos têm pelo menos três faces pintadas de azul.
- e) Todos os cubinhos têm pelo menos uma face pintada de azul.

15. Em um restaurante, o marido diz para a esposa: "Vamos comer lagosta ou beber refrigerante." A esposa, negando a afirmação, diz:

- a) Se vamos comer lagosta, então não vamos beber refrigerante.
- b) Não vamos comer lagosta ou não vamos beber refrigerante.
- c) Se não vamos comer lagosta, então não vamos beber refrigerante.
- d) Não vamos comer lagosta e não vamos beber refrigerante.
- e) Se não vamos comer lagosta, então vamos beber refrigerante.

16. Se Marcos é engenheiro, então João é carpinteiro. Se Leonardo é concurseiro, então João não é carpinteiro. Se Leonardo não é concurseiro, então Natan é fazendeiro. Sabe-se que Natan não é fazendeiro. A partir dessas informações é possível concluir corretamente que

- a) Leonardo é concurseiro ou Marcos é engenheiro.
- b) Marcos é engenheiro ou João é carpinteiro.
- c) João é carpinteiro e Natan não é fazendeiro.
- d) Marcos não é engenheiro e Leonardo não é concurseiro.
- e) João não é carpinteiro e Leonardo não é concurseiro.

17. Considere a distribuição de frequências relativas dos salários de 1.000 empregados de uma empresa.

| Classe de salários (R\$) | Frequência relativa (%) |
|--------------------------|-------------------------|
| 3.500 – 4.500 | a |
| 4.500 – 5.500 | 2a + b |
| 5.500 – 6.500 | b |
| 6.500 – 7.500 | 3a |
| 7.500 – 8.500 | 2a + 2b |
| Total | 100% |

Sendo $a + b = 15\%$, a mediana da distribuição, obtida pelo método da interpolação linear, é:

- a) R\$ 5.666,67
- b) R\$ 6.166,67
- c) R\$ 6833,33
- d) R\$ 7.000,00
- e) R\$ 7166,67

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

18. Sobre defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.
- b) Se o dolo for do representante convencional, o representado responderá civilmente até a importância do proveito que teve.
- c) Equipara-se à coação o temor reverencial.
- d) Ocorre lesão quando a pessoa, premida da necessidade de salvar-se de grave dano, conhecido da outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- e) Anulados os negócios praticados em fraude contra credores, a vantagem resultante reverterá apenas em favor de quem ingressou com a ação.

19. Sobre responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O incapaz não pode ser responsabilizado civilmente pelos prejuízos que causar, já que por ele respondem seus pais, tutores ou curadores.
- b) A responsabilidade dos empresários por danos causados pelos produtos postos em circulação é subjetiva.
- c) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- d) Tratando-se de imóvel locado, o proprietário e o locatário respondem solidariamente pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou foram lançadas em lugar indevido.
- e) O direito de exigir a reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

20. Sobre casamento e união estável, assinale a alternativa correta.

- a) É nulo o casamento dos afins em linha colateral.
- b) A pessoa com deficiência mental em idade núbil poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio do seu responsável ou curador.
- c) O casamento nulo não produz efeitos, ainda que contraído de boa-fé por ambos os cônjuges.
- d) A união estável impõe os deveres de coabitação, lealdade, sustento, guarda e educação dos filhos.
- e) Pessoa casada, que se encontrar separada de fato do outro cônjuge, não pode manter união estável com terceiro, sendo a relação qualificada como concubinato.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC), de iniciativa de um terço do Senado, para modificar os critérios de escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao poder de reforma da Constituição, aponte a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que PEC a respeito do Poder Judiciário é de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal.
- b) O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.

c) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República e na iniciativa.

d) A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que não foi apresentada por nenhum dos legitimados descritos na Constituição Federal.

e) A Proposta de emenda deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar-se sancionando ou vetando.

22. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

a) dos Estados, mediante lei complementar.

b) da União, por lei complementar.

c) do Município, mediante lei.

d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.

e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

23. João, filho de pai alemão e mãe canadense, nasceu no Brasil. No momento de seu nascimento, seus pais estavam no país clandestinamente, foragidos da Alemanha, local em que foram condenados por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins. Sobre João, é correto afirmar que:

- a) poderá adquirir a nacionalidade brasileira após completar 18 anos, desde que continue a residir no Brasil e requeira formalmente a sua nacionalidade.
- b) por ser brasileiro nato, atendidos aos demais requisitos constitucionais, poderá ser eleito ao cargo de Presidente da República.
- c) poderá ser extraditado do Brasil caso venha a praticar, após a sua naturalização, o crime de tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins, ou caso venha a praticar crime comum antes de sua naturalização.
- d) Os pais de João, em razão de o filho ser brasileiro nato, não poderão ser extraditados do Brasil.
- e) João não poderia adquirir a nacionalidade brasileira na condição primária, porque seus pais entraram no Brasil clandestinamente.

24. A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponte a única informação INCORRETA.

- a) O Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Vice-presidente do STF e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça ocupam no CNJ, respectivamente, os seguintes cargos: Presidente, Vice-presidente e Corregedor.
- b) O Conselho Nacional de Justiça é composto de 15 membros, todos nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, com mandato de dois anos, admitindo-se uma recondução.

c) Qualquer pessoa interessada poderá apresentar reclamação e denúncia, diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra os seus serviços auxiliares.

d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça, na qualidade de órgão correccional, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

e) Embora seja órgão do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça não possui jurisdição, de maneira que a legalidade e a constitucionalidade de suas decisões poderão ser revistas pelo Supremo Tribunal Federal, quando provocado.

25. Historicamente, os direitos fundamentais passaram a ser garantidos nos ordenamentos jurídicos de forma gradual. Com o tempo, os estudiosos classificaram tais direitos em gerações/dimensões: tradicionalmente a 1ª geração, a 2ª geração e a 3ª geração. Esta última possui natureza supraindividual e titularidade difusa, tendo como exemplo o direito:

- a) a vida.
- b) ao meio ambiente.
- c) a propriedade.
- d) a saúde.
- e) a educação.

26. A respeito da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), conforme redação da Lei 9.868/1999, analise os itens e em seguida indique a assertiva correta.

I. A ADI não admite desistência, uma vez que não há direito subjetivo questionado.

II. No processo de ação direta de inconstitucionalidade, não se admite intervenção de terceiros, exceto a modalidade especial *amicus curiae*.

III. No processo da ADI, tanto o Advogado-Geral da União quanto o Procurador-Geral da República serão ouvidos, cada qual no prazo de dez dias.

IV. Não se admite recurso da decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em ação direta de inconstitucionalidade.

É verdadeiro somente o que se afirma em

- a) I e IV.
- b) II, III e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II e IV.

27. A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, indique a alternativa correta.

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são as pessoas políticas que compõem a organização político-administrativa brasileira, todas soberanas e autônomas, nos termos da Constituição.
- b) Os Territórios Federais integram a União e são criados por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes quaisquer relações de dependência ou aliança.

d) Os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União.

e) Os Estados podem ser subdivididos ou desmembrados para se anexarem a outros, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e da Assembleia Legislativa, por lei complementar.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

28. Considerando o que dispõe a Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que:

- a) é de quinze anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) autenticidade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- c) as informações de interesse público devem ser divulgadas, desde que existente a respectiva solicitação por legitimado ativo.
- d) os pedidos de acesso à informação de interesse público obedecem ao princípio da motivação, sob pena de não serem recebidos.
- e) a negativa de acesso a informação requerida deve ser motivada pelo agente público competente.

29. Sobre os poderes administrativos, marque a alternativa correta.

- a) A prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação insere-se no âmbito do poder complementar.
- b) São elementos nucleares do poder discricionário da administração pública, passíveis de valoração pelo agente público, a conveniência e a legalidade.
- c) No exercício do poder controlador, cabe à Administração Pública ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da Administração.
- d) São atributos do poder de polícia a discricionariedade e a coercibilidade, embora haja dependência de autorização judicial para se manifestar.
- e) A aplicação de uma penalidade de demissão a um servidor público e de uma multa de trânsito ao particular são exemplos, respectivamente, do exercício do poder disciplinar e do poder de polícia pela Administração Pública.

30. Hipócrates, Técnico Judiciário da Área Administrativa de um Tribunal Regional do Trabalho, no exercício de suas atribuições, praticou ato de improbidade administrativa. Conforme previsto na Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar atinente ao ato infracional praticado por Hipócrates prescreverá em

- a) 180 dias.
- b) 1 ano.
- c) 2 anos.
- d) 5 anos.
- e) não prescreverá.

31. Assinale a alternativa correta.

- a) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida, única e exclusivamente, quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- b) Assim como ocorre na nomeação de dirigentes de autarquias, não cabe ao Poder Legislativo aprovar previamente o nome dos dirigentes das estatais como condição para que o chefe do Executivo possa nomeá-los.
- c) As fundações públicas de direito público, ao contrário das de direito privado, devem, como regra, realizar licitação para efetuar suas contratações.
- d) Os bens das fundações públicas de direito público, quando empregados diretamente na prestação de serviços públicos, possuem natureza de bens públicos.
- e) Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação e nos demais atos de gestão econômica promovida por sociedade de economia mista.

32. Zeus, ocupante de cargo público efetivo em um órgão público, resolveu anular determinado ato administrativo, uma vez que constatou a existência de vício em um dos seus requisitos. Posteriormente, foi verificado que a hipótese era de convalidação, não de anulação. Nesse contexto, o ato administrativo continha vício de

- a) finalidade.
- b) competência.
- c) legalidade.
- d) objeto.
- e) motivo.

33. A respeito da remuneração dos agentes públicos, bem como da acumulação remunerada de cargos públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A vedação à acumulação remunerada de cargos públicos não é estendida ao âmbito da Administração Pública indireta, uma vez que o objetivo primordial da norma é proteger as entidades públicas de direito público, sujeitas ao regime estatutário.
- b) Nos casos em que restar flagrantemente desrespeitado o princípio da isonomia, o poder Judiciário pode decidir no sentido de aumentar vencimentos de determinada categoria do funcionalismo.
- c) A Constituição Federal viabiliza a acumulação de dois cargos de saúde, uma vez verificada a compatibilidade de horário, tendo-se como consequência a possibilidade de dupla aposentadoria.
- d) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos quando houver incompatibilidade de horários. Exceção a essa regra é o caso de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- e) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor quando a remuneração de ambos resultar em montante superior ao do teto constitucional.

34. Assinale, abaixo, uma característica do pregão de acordo com a Lei 14.133/2021:

- a) possibilidade de adoção do critério “técnica e preço”.
- b) condução por agente de contratação ou comissão de contratação.
- c) obrigatoriedade de adoção para contratação de serviços comuns.
- d) possibilidade de adoção para aquisição de bens especiais.

e) possibilidade de adoção para contratação de obras.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

35. Analise as assertivas a seguir, a respeito da ação de consignação em pagamento:

- I – Não só o devedor como terceiro interessado também tem legitimidade para propor a ação de consignação;
- II – O foro competente para a ação de consignação é o do local de pagamento;
- III – Cessam os juros e os riscos em favor do devedor a partir da data do depósito, ainda que a ação seja julgada improcedente.

Assinale a alternativa que aponta TODAS as assertivas corretas:

- a) I, II, III.
- b) I, II.
- c) I, III.
- d) I.
- e) II.

36. Sobre os embargos à execução, analise as assertivas a seguir:

I – A propositura dos embargos depende de garantia do juízo por meio de penhora, depósito ou caução;

II – Os embargos são distribuídos por dependência ao juiz da execução;

III – O prazo para oferecimento dos embargos é de 30 dias.

Assinale a alternativa que aponta TODAS as assertivas corretas:

a) I, II, III.

b) I, II.

c) I, III.

d) I.

e) II.

37. Suponha que há em tramitação no primeiro grau de jurisdição um grande número de processos em que se discute a mesma questão. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

a) o juiz de um desses processos não pode requerer a instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

b) as partes de um desses processos não podem requerer a instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas enquanto o processo estiver em primeiro grau de jurisdição.

c) a instauração de eventual Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas depende da verificação de que há ao menos um processo discutindo a mesma questão no âmbito do Tribunal correspondente.

d) será possível a instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas mesmo que a questão discutida seja fática.

e) eventual solicitação de instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas deve ser dirigida ao presidente do Tribunal correspondente.

38. Sobre a competência, analise as assertivas a seguir:

I – Determina-se a competência no momento do registro ou distribuição da petição inicial;

II – As modificações do estado de fato ou de direito não alteram a competência, exceto quando for suprimido o órgão judiciário ou for modificada competência absoluta;

III – A ação fundada em direito real sobre bem móvel será proposta, em regra, no foro da situação da coisa.

Assinale a alternativa que aponta TODAS as assertivas corretas:

a) I, II, III.

b) I, II.

c) I, III.

d) I.

e) II.

39. Sobre a tutela judicial, analise as assertivas a seguir:

I – Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente;

II – Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é necessária a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo;

III – A obrigação somente será convertida em perdas e danos apenas se o autor o requerer.

Assinale a alternativa que aponta TODAS as assertivas corretas:

- a) I, II, III.
- b) I, II.
- c) I, III.
- d) I.
- e) II.

40. Suponha que tenha sido interposto recurso extraordinário contra decisão colegiada proferida por órgão fracionário de Tribunal de Justiça. O presidente do Tribunal, fazendo o juízo de admissibilidade, verificou que a decisão estava de acordo com tese firmada em sede de repercussão geral e por isso negou seguimento ao recurso.

Nesse caso, o recurso cabível contra a decisão de negativa de seguimento é:

- a) o agravo em recurso extraordinário, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) o agravo em recurso extraordinário, de competência do Tribunal de Justiça.

c) o agravo interno, de competência do Supremo Tribunal Federal.

d) o agravo interno, de competência do Tribunal de Justiça.

e) o agravo de instrumento, de competência do Supremo Tribunal Federal.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. Após a reforma trabalhista, quando o empregado é revertido ao cargo anteriormente ocupado,

- a) deixa de perceber a gratificação correspondente
- b) continua percebendo a gratificação, desde que percebida por 10 anos ou mais
- c) deixa de perceber a gratificação correspondente, caso a reversão tenha sido por justo motivo.
- d) deixa de perceber a gratificação correspondente, exceto se percebida por mais de 10 anos e a supressão tenha sido por justo motivo.
- e) continua percebendo a gratificação, desde que tenha sido suprimida sem justo motivo.

42. Afrodite é empregada da empresa Deus Gregos Ltda., atuando na função de garçomete, há menos de um ano. Afrodite recebe salário-fixo de R\$ 2.200,00, mais as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço, que no último mês totalizaram R\$ 1.000,00.

Considerando que o divisor salarial aplicável é de 220, é correto afirmar que, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seu adicional noturno é de:

- a) R\$ 2,00, por hora trabalhada em período das 22hs às 5 hs.
- b) R\$ 2,90, por hora trabalhada em período das 22hs às 5 hs.
- c) R\$ 2,00, por hora trabalhada em período das 21hs às 5 hs.
- d) R\$ 2,90, por hora trabalhada em período das 21hs às 5 hs.
- e) R\$ 2,00, por hora trabalhada em período das 22hs às 4 hs.

43. Julgue os itens abaixo no que diz respeito ao Direito Coletivo do Trabalho:

- I. A Constituição Federal determina a obrigatoriedade da participação dos sindicatos patronais e profissionais nas negociações coletivas de trabalho.
- II. A doutrina reconhece, no Direito Coletivo do Trabalho, a necessidade de se dispensar tratamento jurídico equivalente entre as partes, quando se tratar de sindicatos de empregados e sindicatos de empresas.
- III. É entendimento que a negociação coletiva entre empresas e sindicatos deve transcorrer de forma leal e transparente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II.

d) III.

e) nenhum dos itens.

44. Julgue os itens abaixo:

- I. Quando um empregado decide aderir a um Plano de Desligamento Voluntário (PDV), recebendo uma indenização por este motivo, ele perde o direito ao recebimento de aviso prévio, de saldo de salário ou de 13º salário proporcional.
- II. O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, regulamentado por meio da Lei 12.506/2011, somente é assegurado nas rescisões de contratos de trabalho celebrados a partir da publicação da referida Lei.
- III. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias em até dez dias contados a partir do término do contrato, admitindo-se ao analfabeto o pagamento rescisório apenas em dinheiro ou depósito bancário.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) III.
- d) II.
- e) nenhum dos itens.

45. Com relação à jornada de trabalho, julgue os itens a seguir:

I. Caso o empregado trabalhe oito horas seguidas sem intervalo, haverá a obrigatoriedade de remunerar, como hora extra, o intervalo de uma hora não concedido, mesmo que sua jornada não tenha extrapolado as oito horas diárias. Neste caso, o adicional pago em decorrência desta não concessão não tem natureza salarial.

II. Suponha um empregado que trabalhe oito horas diárias e sejam concedidos apenas 50 minutos de intervalo intrajornada, em vez do total de uma hora. Nessa situação, segundo a CLT reformada, o empregador deve remunerar, como hora extra, uma hora diária, ou seja, a totalidade do intervalo que deveria ter sido concedido, embora tenha concedido 50 minutos.

III. Para uma jornada de exatas quatro horas diárias de trabalho, deverá ser concedido intervalo de 15 minutos, sob pena de se remunerar o intervalo não concedido como hora extra, com natureza salarial.

A sequência correta é:

- a) EEE
- b) CCC
- c) ECC
- d) ECE
- e) CEE

46. Acerca dos casos especiais de jornada de trabalho, julgue os itens abaixo:

I. O TST tem entendido que o trabalhador em atividade de digitação equipara-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia, razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 20 minutos, a cada 1h40min de trabalho consecutivo.

II. O empregado que é submetido a trabalho contínuo em ambiente artificialmente frio, tem direito à pausa remunerada de 20 minutos, a cada

1h40min, mesmo que não labore em câmara frigorífica.

III. No regime de revezamento, caso o empregador conceda corretamente o repouso semanal de 24 horas, ele é dispensado, naquele dia, de conceder o intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, já que o empregado já gozou do seu descanso em conformidade com as regras de saúde no trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) III.
- e) II e III.

47. Na extinção do contrato de trabalho por acordo,

- a) as férias proporcionais deverão ser pagas pela metade.
- b) as férias proporcionais deverão ser pagas integralmente.
- c) as férias simples deverão ser pagas pela metade.
- d) a indenização sobre o FGTS deverá ser paga integralmente.
- e) o aviso prévio deve ser pago integralmente, seja trabalhado ou indenizado, uma vez que este se projeta no contrato de trabalho.

48. Segundo entende o TST, a supressão de horas extras praticadas pelo empregado há 1 ano ou mais dá direito a:

- a) indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, apenas para cada ano completo.
- b) indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.
- c) não há direitos incorporados, já que trata-se de salário condição.
- d) indenização correspondente ao valor de 1 (um) ano das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.
- e) indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas totalmente, apenas, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.

49. Caso o empregado seja contratado e posteriormente seja convocado para o serviço militar obrigatório, o tempo de serviço anterior à apresentação

- a) não será computado para fins de férias.
- b) será incluído no seu período concessivo de férias desde que ele retorne dentro de 30 dias da baixa.
- c) será incluído no seu período concessivo de férias desde que ele retorne dentro de 90 dias da baixa.
- d) será incluído no seu período aquisitivo de férias desde que ele retorne dentro de 30 dias da baixa.
- e) será incluído no seu período aquisitivo de férias desde que ele retorne dentro de 90 dias da baixa.

50. Julgue os itens abaixo sobre férias:

- I. As férias serão adquiridas por ato do empregador, em um só período, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho.
- II. A época de concessão de férias será a que melhor atenda aos interesses do empregador.
- III. Os dias de férias gozados após o término do período legal de concessão deverão ser remunerados com um adicional de 50%.
- IV. No caso de férias coletivas, só será devido o pagamento de abono de férias quando previsto em acordo coletivo de trabalho.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I e IV.
- c) I e III.
- d) III e IV.
- e) I, II e IV.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

51. O advogado da empresa Vênus de Millus Produções Artísticas apresentou uma reconvenção na audiência UNA em que a reclamada foi notificada para apresentação de sua contestação em reclamação trabalhista. Provocado a se manifestar sobre a peça processual apresentada pela empresa ré, o advogado do reclamante Hércules impugnou a juntada da reconvenção sem justificar o motivo. Conforme teoria dos princípios gerais do Processo do Trabalho,

- a) não se admite em ação trabalhista nenhuma medida processual que não tenha previsão expressa contida na Consolidação das Leis do Trabalho e que seja contrária ao trabalhador.
- b) caberia a medida desde que houvesse concordância da parte contrária e que a mesma fosse apresentada antes da data da audiência para possibilitar o contraditório.
- c) embora haja omissão da norma processual trabalhista em relação à reconvenção, há súmula do Tribunal Superior do Trabalho interpretando pela sua absoluta incompatibilidade com o direito processual do trabalho.
- d) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) não caberia tal medida nesta fase processual porque somente é possível aplicar supletivamente norma do Código Processual Civil que não esteja prevista na lei trabalhista na fase de execução.

52. Sobre a organização, jurisdição e competência da Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que

- a) a Justiça do Trabalho não é competente para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra decorrentes da relação de trabalho, visto que por envolver trabalho marítimo a competência é da Justiça Federal.
- b) a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, foi contratado, independentemente do local onde prestou seus serviços ao empregador.
- c) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
- d) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Congresso Nacional.
- e) a Justiça do Trabalho tem competência para processar e julgar a execução, de ofício, das contribuições sociais previdenciárias e de imposto de renda, decorrentes das sentenças que proferir.

- 53.** A Constituição Federal de 1988 dispõe expressamente sobre a competência material da Justiça do Trabalho e, entre essas disposições, NÃO prevê a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar
- a) as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
 - b) os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
 - c) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
 - d) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
 - e) os crimes contra a organização do trabalho e as causas acidentárias em face do Instituto Nacional do Seguro Social.
- 54.** Com relação às custas no processo trabalhista, é INCORRETO afirmar:
- a) São isentos do pagamento de custas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e as fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.
 - b) No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.
 - c) Não sendo líquida a condenação, o juízo arbitralhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.
 - d) Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.
 - e) Nos dissídios coletivos do trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% e serão calculadas, quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor.
- 55.** Em relação ao procedimento sumaríssimo, é correto afirmar que:
- a) Cada parte não poderá se valer de mais de 3 (três) testemunhas.
 - b) A citação por edital somente será realizada quando o reclamante fizer a correta indicação do nome do reclamado.
 - c) O juiz terá total liberdade para determinar as provas a serem produzidas.
 - d) Não é admissível a produção de prova pericial.
 - e) Somente serão produzidas na audiência de instrução e julgamento as provas que foram previamente requeridas.
- 56.** Fulano de Tal celebrou contrato de emprego, em 12/01/2001, com uma empresa de atuação em todo território nacional, para prestar serviços na cidade de São Paulo/SP. Em setembro de 2011, as partes celebraram alteração contratual quanto à localidade da prestação de serviços, operando-se, assim, a transferência de Fulano de Tal para a filial da empresa na cidade do Rio de Janeiro/RJ, onde laborou até ser dispensado sem justa causa, em 14/12/2016. Diante da rescisão contratual realizada, Fulano de Tal retornou a São Paulo, sua cidade natal, onde passou a residir novamente com sua família. Em 03/02/2017, Fulano de Tal ajuizou reclamação trabalhista perante a Vara do Trabalho de São Paulo/SP. Na audiência inaugural, nesta localidade, a reclamada apresentou exceção de incompetência em razão do lugar, a qual, após manifestação do reclamante, na própria solenidade, restou acolhida pelo magistrado titular da Vara do Trabalho de São Paulo, declinando a competência em favor da Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ. Considerando o interesse do reclamante em atacar a decisão sobre a exceção de incompetência que lhe foi desfavorável, as Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST e as normas da CLT, no caso apresentado,

- a) ainda que não apresentada exceção de incompetência em razão do lugar pela reclamada, igualmente deveria ser declinada a competência pela Vara de São Paulo em favor da Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, visto que a CLT estabelece que será declarada ex officio a nulidade fundada em incompetência de foro.
- b) dada a natureza da decisão que acolheu a exceção de incompetência em razão do lugar, e diante da aplicação subsidiária do novo Código de Processo Civil ao Processo do Trabalho, em caráter excepcional, caberia ao reclamante a interposição de agravo de instrumento.
- c) dada a natureza da decisão que acolheu a exceção de incompetência em razão do lugar, nenhum recurso caberá de imediato, visto que se trata de decisão interlocutória.
- d) dada a natureza da decisão que acolheu a exceção de incompetência em razão do lugar, não obstante o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, caberia recurso ordinário.
- e) dada a natureza da decisão que acolheu a exceção de incompetência em razão do lugar, o reclamante poderia optar pela impetração de mandado de segurança como meio substitutivo do recurso próprio, a prudente critério de seu advogado.

57. A Empresa D ingressou com Recurso Ordinário, sendo que na guia de depósito recursal, preencheu e pagou equivocadamente o valor de R\$ 9.186,00, quando o correto seria R\$ 9.189,00. Neste caso, em consonância com o entendimento sumulado do TST,

- a) o recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, ainda que a diferença em relação ao quantum devido seja ínfima, referente a centavos, é causa de deserção do recurso.
- b) somente haverá deserção do recurso, se, concedido o prazo de dez dias previsto no § 2º do

art. 1007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.

- c) somente haverá deserção do recurso, se, concedido o prazo de cinco dias previsto no § 2º do art. 1007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.
- d) haverá deserção do recurso, pois a aplicação do disposto no § 2º do art. 1007 do CPC de 2015 somente se refere a complementação das custas processuais e não do depósito recursal.
- e) haverá deserção do recurso, pois não é possível a aplicação subsidiária e nem supletiva do disposto pelo CPC de 2015 nesta matéria.

58. As empresas A e B foram condenadas solidariamente na reclamação trabalhista Z pretendendo ambas as empresas interpor Recurso Ordinário. A empresa A interpôs Recurso Ordinário no quinto dia do prazo recursal e depositou o valor do depósito recursal de forma integral. Neste caso, o depósito recursal

- a) efetuado pela empresa A não aproveita a empresa B, em nenhuma hipótese, uma vez que o depósito recursal possui caráter personalíssimo.
- b) efetuado pela empresa A aproveita a empresa B, exceto se aquela pleiteia sua exclusão da lide.
- c) efetuado pela empresa A aproveita a empresa B, exceto se as empresas possuírem procuradores distintos.
- d) é devido na proporção de 50% para cada empresa, sendo que o depósito integral da empresa A, não exime a empresa B de efetuar o depósito da sua parte, podendo a empresa A requerer o levantamento da parte que depositou a maior.
- e) é devido na proporção de 50% para cada empresa, sendo que o depósito integral da empresa A, exime a empresa B de efetuar o depósito da sua parte.

59. Em relação à execução trabalhista, conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:

- a) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia são considerados títulos executivos extrajudiciais e serão executados pela forma estabelecida pela CLT.
- b) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, reclamante ou reclamado, mas não poderá ser promovida *ex officio* pelo próprio Juiz competente.
- c) Requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 05 (cinco) dias ou garanta a execução, sob pena de penhora.
- d) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 10 (dez) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- e) Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação não compreenderá as que lhe sucederem.

60. Considere:

- I. Termo de compromisso de ajustamento de conduta com conteúdo obrigacional firmado perante o Ministério Público do Trabalho.
- II. Acordo celebrado entre empregador e empregado não homologado e sem testemunhas instrumentárias.
- III. Cheque sem suficiente provisão de fundos emitido pelo empregador para pagamento de salário.

IV. Termo de conciliação com conteúdo obrigacional celebrado perante a Comissão de Conciliação Prévia competente.

São títulos exequíveis na Justiça do Trabalho os indicados APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-MT-Analista-07-08>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>